

Alinhamento teórico-metodológico das comunicações ao Grupo de Pesquisas Políticas e Estratégias de Comunicação apresentadas nos congressos da Intercom¹

Juçara Brittes²

Paulo Fernando Liedtke³

Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, MG

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

RESUMO

Este texto dá continuidade ao projeto, iniciado em 2013, com o objetivo de identificar o perfil epistemológico do Grupo de Pesquisas Políticas e Estratégias de Comunicação. O recorte atual estuda as comunicações realizadas entre 2015 e 2020, centrando-se nos procedimentos metodológicos e no alinhamento teórico dos *papers*, por meio de análise crítica de conteúdo. Justifica-se pela necessidade de fortalecimento desse *locus* de produção de conhecimentos, com vocação para a análise do arcabouço legal que edifica as políticas públicas para o campo da comunicação, praticamente em tempo real, oferecendo, aos titulares desses direitos - assegurados ou negados - elementos balizados para a formação de opinião e tomada de posição sobre a matéria. A investigação resulta na formulação da hipótese de que a identidade teórica do GP se alinha aos pressupostos da Escola Latino-Americana de Comunicação (Elacom).

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de Comunicação; GP Políticas e Estratégias de Comunicação; Intercom; Teoria e Métodos de pesquisa; Escola Latino-Americana de Comunicação

1 Introdução

Propõe-se repertoriar as bases teóricas dos artigos apresentados ao Grupo de Pesquisas Políticas e Estratégias de Comunicação da Intercom⁴. Para tanto, procedeu-se a uma pesquisa bibliográfica em estudos já realizados nesta temática e nos Anais dos Congressos da Intercom, utilizando técnicas da análise de conteúdo para identificar tais contribuições, que incluem conceitos e

¹ Trabalho apresentado ao GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora aposentada da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, e-mail: jubrittes@gmail.com

³ Doutor em Sociologia (UFSC), e-mail: paulo.liedtke@ufsc.br

⁴ Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – [Intercom](http://www.intercom.org.br)

procedimentos metodológicos adotados pelos autores e autoras dos trabalhos. O recorte temporal situa-se no período de 2015 a 2020, prevendo, para o futuro, dar continuidade à pesquisa de modo a abranger, senão todo, a maior parte do estoque de *papers* publicados nos Anais da Intercom, no âmbito do citado GP.

1.1 Amostra

De natureza qualitativa, a amostra recolheu as comunicações que trouxeram os termos “políticas de comunicação” ou “políticas públicas de comunicação” no título, no resumo ou nas palavras-chave. Desse modo foram selecionados 39 trabalhos, conforme o Quadro 1, representando 20% dos 192 artigos apresentados, entre 2015 e 2020, ao Grupo de Pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação.

Quadro 1: Ano X Número de trabalhos

ANO	Quantidade de Trabalhos	Total
2015	12	44
2016	07	26
2017	03	37
2018	02	20
2019	09	42
2020	06	23
Total	39 (20,3% do total)	192 (100%)

2 Categorias de análise

A leitura inicial dos trabalhos selecionados evidenciou quatro categorias de análise: procedência das comunicações, métodos e técnicas, conceitos e alinhamento teórico explicitados nos textos.

2.1 Autoria e procedência das comunicações

As mulheres são maioria entre os 45 autores elencados nos cinco anos analisados. Representam 55% das assinaturas, sendo que as presenças masculinas somam 20 pessoas, ou 44%. Esses dados merecem aprofundamento em estudos futuros, identificando a diversidade de gêneros e comparando com outros períodos de existência do GP.

A procedência dos trabalhos por regiões brasileiras foi contabilizada e, nelas, as instituições de ensino às quais as pesquisas estão vinculadas. A tendência de centralização do conhecimento nas regiões economicamente mais prósperas, já observadas em publicações anteriores⁵, se mantém, com uma alteração para a região Centro-Oeste. Esta última costuma vir depois das regiões Sudeste e Sul. Porém, com 41% dos trabalhos, a UnB contribuiu para a liderança da região no quinquênio. A contribuição da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Instituto Federal de Brasília (IFB), ambos com um trabalho, eleva para 46% a participação da região na amostra. O Sudeste aparece com 33% dos trabalhos, com destaque para o Estado de São Paulo, com oito apresentações, sete das quais realizadas pela Universidade do Estado de São Paulo (UNESP). A Região Sul comparece com 17% das comunicações; a Nordeste comparece com um trabalho - proveniente da Universidade Católica de Pernambuco, o que representa 0,02% - e a Norte não se encontra entre os trabalhos selecionados (Quadro 2).

⁵ Cf. Brittes (2013, p. 44): região Sudeste 57%, Sul 15%, Nordeste 13%, Centro-oeste 12%.

Quadro 2: Procedência regional por instituições

Região	IES							TOTAL	%
Centro - Oeste	UnB 16	IFB 01	UFMT 01					18	46
Sudeste	Unesp 07	USP 01	UFJF 01	UFOP 01	UERJ 01	UFF 01	UFES 01	13	33
Sul	UFMS 02	UFSC 02	Universida de Tuiuti 01	UEL 01	UFPEL 01			07	17
Nordeste	UCP 01							01	0,02
Norte									00
TOTAL								39	100

2.2 Métodos e técnicas

Significa, neste estudo, o conjunto de procedimentos adotados para o direcionamento do trabalho. Alguns são recursos definidos pela linha teórica seguida, outros são técnicas de coleta e análise de dados. Nem todas as comunicações selecionadas indicam o procedimento adotado para conduzir o trabalho e algumas nomeiam de forma muito ampla o que entendem ter seguido. Percebe-se, ainda, entre outras características dos estudos analisados, confusão entre técnica de pesquisa e tipos de estudo. Foram encontrados, ainda, alguns procedimentos claramente acoplados ao enquadramento teórico do trabalho, entre eles o método sequencial e o método compreensivo de Max Weber. Destacam-se, nos Quadros 3 e 4, os métodos e técnicas mais utilizados, assim como alguns tipos de estudos. Considerou-se, sempre, a informação explícita nos textos⁶.

⁶ Na continuidade desse estudo a intenção é entrevistar os autores e autoras para não só confirmar a presente análise, mas também entender dados que não foram compreendidos pela equipe.

Quadro 3: métodos e técnicas

Análise documental	Estudo bibliográfico	Método comparativo	Entrevistas	Análise de discurso	Fórmula linguística	Crítica de mídia
17	10	03	04	01	01	01

Quadro 4: Tipos de estudos

Exploratório	Descritivo	Empírico	Qualitativo	Quantitativo	Interpretativo
02	01	01	01	01	01

O Quadro 3 indica que a maioria dos trabalhos parte da análise documental do arcabouço legal concernente à comunicação, tais como a Constituição Brasileira, Leis, Projetos de Lei, Decretos, entre outros textos. Incluem-se também atas, portarias e demais documentos reguladores do setor. O estudo bibliográfico indicado refere-se ao mesmo tipo de documento primário, na maioria dos casos. Observa-se que a tipologia dos estudos não corresponde, em termos quantitativos, aos trabalhos apresentados. Explica-se pela falta de informação a esse respeito nos textos analisados.

2.3 Conceitos

A palavra conceito vem do latim *conceptus*, que significa “ato de conceber” ou “pensar”. Os conceitos são, desse modo, uma representação ou imagem mental sobre uma situação, objeto, fato ou qualidade. Conceitos são unidades abstratas de conhecimento que servem para explicar o mundo. São uma representação ou imagem mental sobre uma situação, objeto, fato ou qualidade⁷. São, portanto, indicativos seja do objeto estudado, seja do modo pelo qual ele esteja sendo observado, trazendo uma série de informações implícitas. Para fins demonstrativos, este estudo os separa em duas categorias de análise: teóricos e descritivos (Quadros 5 e 6).

⁷ Tipos de conceitos científicos, consultados em: <https://maestrovirtuale.com/os-3-tipos-dos-conceitos-cientificos-mais-importantes/> Acesso em: 30 jul. 2021.

Os primeiros são advindos de um alinhamento teórico específico, que situa o trabalho em um determinado escopo analítico, por exemplo, indústria cultural. A utilização desse conceito indica tratar-se de uma abordagem alinhada à Teoria Crítica, tendo sido cunhado pelos autores da chamada Escola de Frankfurt, aliás, fornecedores de muitas das bases teóricas adotadas pelo campo das Ciências da Comunicação.

Os conceitos descritivos são aqui entendidos como sinais delimitadores do objeto estudado. Por exemplo, a expressão “financiamento coletivo” é um substantivo abstrato. Representa um conceito descritivo, sem a preocupação de realizar uma delimitação teórica, ainda que possa apontar para certo campo ideológico.

Foram encontrados os seguintes conceitos (assim denominados pelos autores ou autoras), escritos em ordem alfabética (Quadro 5).

Quadro 5: Conceitos teóricos

Ação social	1
<i>Accountability</i>	1
<i>Advocacy</i>	1
<i>Answerability</i>	1
Comunicação pública	2
Cultura de massa	1
Diplomacia pública	1
<i>Enforcement</i>	1
Hegemonia e contra-hegemonia	1
Jornalismo	1
Políticas públicas	3
Processo comunicacional	1

Quadro 6: Conceitos descritivos

Classificação indicativa	1
Financiamento coletivo	1

Indústrias criativas	1
Marco Regulatório	1
Redes comunitárias	1
Regulamentação	1

2.4 Alinhamento Teórico

Encontra-se, aqui, uma das principais dificuldades deste estudo. Raramente os textos se referem a questões de ordem teórica e, quando o fazem, mostram pouca atenção a este aspecto. Algumas colocações indicam o campo de estudos onde se situam, não sendo possível, em primeira análise, identificar um referencial teórico específico. Exemplifica quando o *paper* apresenta-se como um estudo nas áreas da teoria da comunicação, história e ciências sociais. São campos muito amplos, que englobam distintas concepções teóricas, impossibilitando, desse modo, uma classificação precisa.

Ainda assim apareceram traços aglutinadores dos trabalhos, entre os quais a eleição dos temas e alguns procedimentos metodológicos - como estudos documentais e bibliográficos (27 incidências). Análises do arcabouço legal das políticas e estratégias de comunicação também são frequentes. Para se ter uma ideia, os textos selecionados para a amostra exibem 87 referências a textos legais, sem contar as indicações em notas de rodapé. Outra característica frequente é o formato ensaio⁸, gênero textual que caracteriza a maior parte das comunicações. Ainda que não figure entre as categorias analíticas deste texto, a observação qualitativa mostrou a presença desse gênero.

Poucos textos conceituam ou definem Políticas de Comunicação, expressão recorrente nos *papers* do GP analisado. Por exemplo, em um dos

⁸ O ensaio acadêmico ou científico é teórico e muitas vezes filosófico. De tal modo, possui uma fundamentação a partir de investigações e recolha de informações sobre um tema. Embora sejam baseados em teorias, eles podem apresentar uma linguagem que “[...]beira a uma linguagem mais poética e literária. De modo geral, os ensaios são textos em prosa, de teor didático, sendo menos formais e flexíveis. O ensaio científico (ou formal), [...] é baseado em teorias e apresenta uma linguagem mais culta, destituída de gírias ou expressões conotativas” (DIANA, 2018).

textos⁹, as autoras entendem que as políticas públicas de comunicação existem para “regular funções que reafirmam o papel social da mídia” e utilizam conceitualmente (*ibid*, p. 3) o termo Políticas Públicas de Comunicação a partir de Jorge Duarte (2011, p. 131): “[...] são o conjunto de definições, parâmetros e orientações organizadas em um corpo coerente de princípios de atuação e normas aplicáveis a processos ou atividades de comunicação”.

No artigo “Políticas e Estratégias de Comunicação: múltiplos olhares, múltiplas interpretações” (BRAGA; MENEZES, 2014, p. 9), os autores mostram que as principais categorias identificadas na coleta demonstram que há variedade de abordagens nos estudos do GP e observam também “uma convergência de temáticas no mesmo sentido”, cujos temas indicam uma preocupação dos pesquisadores em abordar e discutir o acesso à informação (democratização da comunicação) e as consequentes políticas e estratégias para possibilitar este acesso.

Entre as contribuições revisitadas destaca-se a de Juçara Brittes, que analisou 240 comunicações científicas apresentadas por 320 autores no período de 2000 a 2012. Na amostra Brittes (2013, p. 35-6) constata que o tema de maior ocorrência, presente em 22,5% dos trabalhos, foi “Políticas Públicas de Comunicação”, agrupando outros 17 subtemas.

O Quadro 7 traz as indicações do referencial teórico reconhecido pelos autores do texto, da forma com que foi escrito.

Quadro 7: Referencial Teórico utilizado

Administração Pública	1
Ciências Sociais	1
Cultura de massa (Humberto Eco)	1
Direito Internacional	1

⁹ No artigo “As fragilidades das políticas públicas de comunicação: o caso da Classificação Indicativa” as autoras Rafaela Caetano Pinto e Maria Ivete Trevisan Fossá (UFSM) apresentam o recorte de um estudo acerca da Classificação Indicativa, cuja discussão engloba a relevância da regulação da mídia, por meio das políticas públicas de comunicação, para a democratização da informação (GP 2018).

Diplomacia Pública	1
Economia Política da Comunicação e da Cultura	3
Estudos Culturais	3
História	1
Sociologia Compreensiva (Max Weber)	1
Teoria da Comunicação Pública	1
Teoria do Interesse Público	1
Teoria Política (Gramsci)	1
Teoria da Regulação Econômica	1

3 Economia Política da Comunicação e da Cultura

A Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC)¹⁰ juntamente com os Estudos Culturais¹¹ aparecem em maior número na condição de referencial teórico. Esta matriz teórico-analítica, que aparece com maior incidência no Quadro 7, é uma abordagem de origem marxista dos estudos da comunicação, também dialogando com as contribuições da Escola de Frankfurt no conceito seminal de Indústria Cultural.

Feita essa contextualização para compreender os eixos epistemológicos da EPC, observa-se textualmente nos artigos analisados que o tema é recorrente, por exemplo, nos estudos que envolvem a regulamentação midiática e, conseqüentemente, políticas públicas de comunicação.

Sobre a regulação da comunicação, Pinto e Fossá (2018, p. 3) buscam em Domingues da Silva e Zaverucha (2015) uma abordagem das políticas de comunicação por intermédio da teoria do interesse público e da teoria da regulação econômica. Eles afirmam que as políticas públicas de comunicação são produzidas com base na teoria da regulação econômica, isto é, “a regulação permeada pela influência da indústria a fim de consolidar os interesses empresariais” (*ibid*, p. 4). Nesta perspectiva apontam que há uma

¹⁰ Alguns artigos utilizam somente a sigla EPC, outros EPCC, mas ambos utilizam a mesma matriz teórica.

¹¹ Apesar de três artigos utilizarem Estudos Culturais no referencial teórico, foram mencionados apenas conceitos de cultura ou mantiveram alinhamento à EPCC.

troca entre os dois atores, em que a regulação favorável às empresas de mídia é barganhada pelo apoio político. Além disso, ambos apontam que as políticas de comunicação beneficiam pequenos grupos, que são coesos e possuem interesses semelhantes. Por fim, demonstram que a “falta de transparência incentiva o favorecimento e a captura, ou seja, o processo das políticas públicas é permeado pelo *lobby* entre os atores, dentre eles, os políticos, os grupos de interesse, os partidos e demais envolvidos” (*ibid*, p. 6). Corroboram esta tendência (p. 4) com os autores Jambeiro, Ferreira e Morais (2017, p. 6), que reiteram que os fatores políticos e econômicos precisam ser identificados, já que incidem nas políticas públicas de comunicação.

Em outro artigo a ser destacado tendo como base a EPC, intitulado “Liberalismo econômico e a sobrevivência da radiodifusão pública”, De Mingo e Rebouças (2019) utilizam conceitos da economia política da comunicação para comparar a radiodifusão pública no Brasil, nos Estados Unidos e no Canadá. Os principais autores citados são: Martins (2009), Zucoloto (2010), Detoni (2012) e Rebouças (2018). Estes teóricos

[...] buscam a conceituação dos sistemas público, privado e estatal e a aplicabilidade típica dos estudos em comunicação latino-americanos, os avanços democráticos em direção à articulação popular e participação social na construção das políticas públicas são freados pelos interesses privados em atendimento ao *lobby* praticado nas esferas decisórias dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário (DE MINGO; REBOUÇAS, 2019, p. 1).

Para explicar a lógica mercadológica nas políticas públicas de comunicação De Mingo e Rebouças (2019) utilizam Bernard Miège (2007), Venício de Lima (2016), César Bolaño (2001), Ramos (2008), McQuail (1997) e Esch, Del Bianco e Moreira (2013). Desta fundamentação teórica concluem que, apesar de existir um consenso entre o que poderia ser a comunicação pública, esta somente seria de fato aplicada em um ambiente regulado por leis que garantissem a efetiva apropriação da sociedade por parte da gestão do sistema. Porém, este mecanismo

[...] não encontra saída na aplicação das leis de políticas públicas por esbarrar nos interesses dos grupos de mídia e políticos associados ao setor da radiodifusão que atuam no *lobby* para favorecer a lógica mercadológica, justificando sua atuação com o argumento da

democracia e da liberdade de expressão (DE MINGO; REBOUÇAS, 2019, p. 8).

Em outra pesquisa que enfatiza a EPCC, Flávia Pereira da Rocha (2015) afirma ter “como sustentação teórico-metodológica a Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPCC) e os Estudos Culturais”. A autora (2015, p. 11) considera que, em um nível mais básico, entende-se por economia política o estudo das relações sociais, particularmente as relações de poder que, mutuamente, constituem a produção, distribuição e consumo de recursos. Sendo assim, a EPCC tem um olhar sobre as forças e processos que atuam no mercado. Rocha utiliza o conceito trazido por Vicent Mosco (1996)¹² para o entendimento das decisões políticas sobre a economia da comunicação. No seu estudo comparado utiliza conceitos ligados à cultura e nas referências há somente uma obra específica sobre EPC¹³.

Os artigos citados acima demonstram que os pesquisadores que atuam no campo da Economia Política da Comunicação apresentam em profundidade o determinismo econômico ligado ao setor empresarial midiático e que, somados aos atores políticos com laços de propriedade no setor, tornam-se os atores decisivos na formulação das políticas públicas de comunicação ou atuam pela ausência delas. Permitem, também, supor um alinhamento teórico à Escola Latino-Americana de Comunicação.

4 Sobre a Escola Latino-Americana de Comunicação

Ninguém citou a Escola Latino-Americana de Comunicação como referencial teórico. No entanto, a observação do conjunto da amostra permite defender-se a hipótese de que há um claro alinhamento às suas características.

¹² Segundo a autora, Vincent Mosco é um sociólogo canadense, que atua nas seguintes áreas de investigação: Sociologia da Comunicação e Tecnologia da Informação; Economia Política da Comunicação Social; Sociologia do Conhecimento dos Trabalhadores; e Políticas de Comunicação.

¹³ HERSCOVICI, Alain; BOLAÑO, César; MASTRINI, Guillermo. Economia política da comunicação e da cultura, uma apresentação. In: LOPES, Maria I. V.; FRAU-MEIGS, Divina; [...] (Obs.: Referência incompleta no texto original).

O surgimento de programas de graduação e pós-graduação em comunicação, propiciou o nascimento de grupos de pesquisa nesta temática, com destaque para os ligados à Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares em Comunicação - Intercom¹⁴. Os pesquisadores diletantes de outrora se especializaram e mantiveram muitas das características das investigações iniciais, quais sejam o hibridismo teórico e metodológico, o foco na dimensão sociopolítica dos fatos geradores de políticas para a área da comunicação social, o arcabouço legislativo dessas iniciativas, o cumprimento, ou descumprimento e as consequências para a sociedade civil das estratégias adotadas, para citar alguns dos objetos das pesquisas. Agregue-se ao perfil dos trabalhos o engajamento da comunidade de estudiosos às questões democráticas.

Considerações finais

A maioria das comunicações analisadas é assinada por mulheres, representando 55% do total de 44 autores. Não houve uma análise aprofundada desta rubrica, mas a relevância quantitativa sinaliza para um aspecto importante, a ser investigado em futuros estudos.

As contribuições centram-se, geograficamente, nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul do país, mantendo a tendência de concentração da produção de conhecimento nas regiões brasileiras mais prósperas economicamente. Também continua importante o papel das instituições de ensino públicas, com 97% das contribuições geradas, seja em entidades federais, seja em estaduais.

Outra informação decorrente da presente análise, ainda pouco elucidada, portanto carecendo de maior atenção, são os campos de estudos contíguos aos da comunicação, nos quais os textos se nutrem de elementos teóricos. Ainda assim observam-se alinhamentos com as Ciências Políticas, Ciências Jurídicas e com a Sociologia, conforme a leitura feita nos Quadros 5 e 7. O que foi considerado pelos *papers*, citado nos referidos quadros, deixa

¹⁴ Instituição que em 2021 comemora seus 44 anos de fundação.

muitas dúvidas. Observa-se pouca clareza quanto à indicação do referencial teórico. Este é, também, um dado a ser complementado com outras formas de investigação, principalmente entrevistas com os autores.

Se os autores, de modo geral, não explicitam o embasamento teórico de seus trabalhos, os temas, as formas de análises e os dados primários sobre os quais se debruçam permite alinhá-los à Escola Latino-Americana de Comunicação (Elacom). Os interesses temáticos recaem sobre políticas e estratégias de comunicação concernentes aos meios digitais, televisivos, comunicação e infância, direito à comunicação, acesso à informação, comunicação pública e demais nuances do sistema comunicativo nacional e, também, de modo comparativo, de outros países. Como acentuado em publicação conjunta de integrantes do GP em tela, as pautas comungam com os ideais emancipatórios da Escola Latino-Americana de Comunicação, constituindo o que o grupo denominou “Saber Militante” (BRITTES, 2013).

O mais instigante é o motivo pelo qual os pesquisadores não destacam tais características, ou mesmo não reconheçam que suas contribuições estejam no âmbito teórico da Elacom. A resposta pode estar no fato de ainda encontrar-se em processo de consolidação, considerando-se que as primeiras sementes foram plantadas na década de 1960, no movimento político-acadêmico registrado historicamente pela sigla Nomic - Nova Era Mundial da Informação e da Comunicação. O enfrentamento político presente nos sistemas comunicativos (denunciados outrora por acadêmicos e profissionais da comunicação latino-americanos) fortemente disputados pelo capital internacional, se reproduz, de certa forma, na academia. A matéria não consta nas matrizes pedagógicas da maioria das instituições de ensino, que mais valorizam modismos teóricos, reproduzindo preconceitos de quantos seguem preferencialmente metodologias exógenas.

Seguindo esta linha analítica, a amostra evidencia a falta de aderência ao conjunto das contribuições pretéritas dos componentes do grupo. Este comportamento não contribui para a consolidação das pesquisas, nem para o

avanço da produção de conhecimentos, significando, muitas vezes, um retrabalho, um recomeço desnecessário.

Ainda assim, como já observado, apareceram traços aglutinadores entre os trabalhos, tais como a eleição dos temas e alguns procedimentos metodológicos - como os estudos documentais e bibliográficos. Estuda-se, com frequência, o arcabouço legal das políticas e estratégias de comunicação, as consequências das mesmas para a sociedade civil, o cumprimento ou o descumprimento das normas legais.

Convém ressaltar que na última década o GP Políticas e Estratégias de Comunicação vem promovendo a integração dos participantes e o compartilhamento das produções, por meio de publicações, iniciativas que deverão contribuir para dar prosseguimento ao processo de consolidação do Grupo.

Referências

BRAGA, Claudomilson Fernandes; e MENEZES, Kalyne. Políticas e Estratégias de Comunicação: múltiplos olhares, múltiplas interpretações. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVII, 2014, Foz do Iguaçu/PR. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu/PR: Intercom, 2014.

BRITTES, Juçara - Grupo de Pesquisa Políticas e Estratégias de Comunicação: identidade e perspectivas. In: BRITTES, Juçara (org.). **Saber Militante: teoria e crítica nas políticas de comunicação do Brasil**. São Paulo: Intercom, SP, 2013. p. 25-49.

BRITTES, Juçara (org.). **Saber Militante: teoria e crítica nas políticas de comunicação do Brasil**. São Paulo: Intercom, SP, 2013.

BRITTES, Juçara. A maioria dos estudos em políticas de comunicação. In MORAIS, Osvando J. de (org.). **Ciências da comunicação em processo: paradigmas e mudanças nas pesquisas em comunicação no século XXI: conhecimento, leituras e práticas contemporâneas**. São Paulo: Intercom, 2014. p. 630-661.

DANIELA, Diana. O Ensaio como gênero textual. **Toda Matéria: conteúdos escolares**. 12 out. 2018. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/ensaio-como-genero-textual/>. Acesso em: 01 ago. 2021.

DE MINGO, Ivana Sonegheti; REBOUÇAS, Edgard. Liberalismo econômico e a sobrevivência da radiodifusão pública. Trabalho apresentado na DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação, GP de Políticas e Estratégias de Comunicação, para o XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 42, 2019, Belém/PA. **Anais [...]**. Belém/PA: INTERCOM, 2 a 7 set. 2019.

DOMINGUES DA SILVA, Juliano; ZAVERUCHA, Jorge. Teoria da regulação e mídia: ferramentas conceituais para análise de políticas de comunicação. **Alceu**, v. 16. N. 31, p.215-229, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/5785/1/alceu%2031%20pp%20215-229.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2021.

JAMBEIRO, Othon; FERREIRA, Fábio; MORAIS, Kátia. O audiovisual no campo da economia política da comunicação: abordagens, métodos e notas para uma agenda de pesquisa. **Extraprensa**, v. 10, n. 2, p. 4-23, 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/121975>.

LIEDTKE, Paulo Fernando. Políticas de Comunicação: Breve Retrospectiva dos Temas em Disputa e Aplicações nas Organizações Públicas e Privadas no Brasil. Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação XXXVI, 2013, Manaus/AM. **Anais [...]** Manaus/AM: Intercom, 2013.

PINTO, Rafaela Caetano; FOSSÁ, Maria Ivete Trevisan. As fragilidades das políticas públicas de comunicação: o caso da Classificação Indicativa”. Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 41, 2018, Joinville/SC. **Anais [...]**. Joinville/SC: Intercom, 2018.

ROCHA, Flávia Pereira. Coprodução cinematográfica internacional no Brasil e na Argentina (2005-2014): um estudo comparado. Brasília: Universidade de Brasília (UnB). Trabalho apresentado no GT Políticas e Estratégias de Comunicação. Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXVIII, 2015, Rio de Janeiro/RJ. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Intercom, 2015.